

P O D E R J U D I C I Á R I O
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1006274-84.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Interpretação / Revisão de Contrato**
 Requerente: **Rodrigo Donizete de Oliveira**
 Requerido: **BANCO PAN S.A.**

RODRIGO DONIZETE DE OLIVEIRA ajuizou ação contra **BANCO PAN S.A.**, pedindo a revisão do contrato de financiamento, a fim de afastar a capitalização mensal de juros, reduzir a taxa de juros remuneratórios e modificar o método de cálculo dos juros. Além disso, pediu que seja declarada a inexistência de mora e permitida a consignação em juízo do valor das prestações devidas.

Indeferiu-se a tutela de urgência, embora tenha sido autorizado o depósito das parcelas do financiamento.

O réu foi citado e contestou os pedidos, aduzindo em preliminar a incorreção do valor dado à causa e a inépcia da petição inicial. No mérito, sustentou a prescrição da pretensão do autor e a legalidade da cobrança realizada.

Em réplica, o autor insistiu nos termos iniciais.

É o relatório.**Fundamento e decido.**

O disposto no art. 330, § 2º, do Código de Processo Civil visa evitar a formulação de pedido genérico de revisão contratual ou desprovido de qualquer fundamento jurídico. No presente feito, o autor fundamentou adequadamente cada pedido deduzido, de modo que não há que se falar em inépcia da petição inicial. Ademais, a falta de quantificação do valor incontroverso do débito não afeta o julgamento de mérito, na medida em que tal requisito é indispensável nos casos em que há controvérsia sobre a forma de pagamento das parcelas vencidas e que não estão sendo impugnadas judicialmente, o que não é o caso destes autos.

Ademais, o valor dado à causa (R\$ 36.569,28) correspondente exatamente àquele previsto no contrato. Rejeito as preliminares arguidas.

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

É dispensável a produção de outras provas, porque a relação jurídica está documentalmente provada e a controvérsia constitui questão de direito, apenas.

O financiamento foi contratado mediante juros à taxa mensal de 2,53% e à taxa anual de 34,96% (fl. 149). Foram incluídas algumas despesas no financiamento, exatamente IOF, Tarifa de Cadastro, Registro de Contrato, Tarifa de Avaliação e Seguro.

É inverídica a alegação do autor, de que os juros teriam sido contratados à taxa de 1,99% ao mês (fls. 3). **A planilha por ele juntada a fls. 44 não corresponde à realidade da contratação**, ao passado que a cédula de crédito propriamente juntada traz informação diversa e está firmada pelo mutuário (fls. 149/152). Aliás, **observando melhor**, a planilha de fls. 44 e a de fls. 149 trazem a mesma informação: juros de 2,53% ao mês. Ocorre que o autor não está considerado o Custo Efetivo Total da operação.

As prestações mensais são de favor fixo: R\$ 761,86.

Conforme decidiu o E. Superior Tribunal de Justiça, *"a circunstância de a taxa de juros remuneratórios praticada pela instituição financeira exceder a taxa média do mercado não induz, por si só, a conclusão de cobrança abusiva, consistindo a referida taxa em um referencial a ser considerado, e não em um limite que deva ser necessariamente observado pelas instituições financeiras"*. (AgRg no AgRg no AREsp 602.850/MS, Rel. Ministro Raul Araújo, 4ª Turma, j. 20/08/2015).

Se outras instituições financeiras disponibilizavam crédito em taxas menores, o autor tinha plena liberdade para com elas negociar a operação financeira, pois não há tabela nem obrigatoriedade das instituições de praticarem a mesma taxa. Aliás, ainda agora o autor pode, se quiser, negociar com outra instituição.

Juros não são tabelados.

É possível que o autor ou qualquer outra pessoa encontre outra instituição financeira praticando juros diversos daqueles cobrados pela ré, para mais ou para menos. Os custos de cada instituição são diferentes e a política de tratamento de crédito é diverso em função dos riscos próprios de cada operação financeira e da facilidade de crédito para uma ou outra pessoa. A disponibilidade de dinheiro por parte da instituição e sua agilidade para recuperação de créditos também interferem. É claro que não é dado ao Poder Judiciário interferir em tais aspectos, o que somente seria possível em caso de abuso evidente, ou seja, de prática de juros desmedidamente superiores aos de mercado, hipótese não avistada, muito menos demonstrada. Aliás, os juros praticados no caso concreto são compatíveis com o mercado, pelo que se observa.

Assim, apesar da incidência das regras previstas no Código de Defesa do Consumidor no presente caso, é inviável reconhecer a abusividade da taxa de juros prevista contratualmente, tanto por ter sido livremente pactuada entre as partes, quanto por não destoar excessivamente da média do mercado.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

O financiamento foi contratado mediante o pagamento em prestações fixas, desde logo conhecidas do mutuário, de modo que não incide capitalização mensal de juros. Nesse sentido:

"Contrato de arrendamento mercantil para a aquisição de veículo automotor. Juros calculados no ato do financiamento e repartidos em parcelas fixas. Inexistência de cúmulo de novos juros sobre outros já vencidos. Capitalização mensal de juros incorrente." (TJSP, Apelação nº 0001578-05.2011.8.26.0457, 11ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Rômulo Russo, j. 21/03/ 2013).

"Ação Revisional de contrato e reintegração de posse - Contrato de alienação fiduciária para aquisição de veículo - Prevalência da taxa de juros contratada - Inexistência de abusividade - Capitalização de Juros - Inexistência - Contrato com parcelas fixas - Comissão de permanência - Não demonstração de cobrança desse encargos de forma cumulada - Cobrança de tarifas - Tarifa de registro Legalidade - Tarifa de serviços de terceiros - Abusividade - Recurso da instituição financeira provido em parte, desprovido da autora." (TJSP, Apelação nº 0967859-28.2012.8.26.0506, 17ª Câmara de Direito Privado, Rel. Des. Irineu Fava, j. 07/04/2016).

Mesmo que admitida a ocorrência de capitalização mensal de juros, não há que se falar em qualquer ilegalidade, pois, tratando-se de cédula de crédito bancário, é admitida tal modalidade de cálculo quando o percentual anual de juros for superior ao duodécuplo da mensal. Nesse sentido, são os enunciados das súmulas 539 e 541 do E. Superior Tribunal de Justiça:

"É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP n. 1.963-17/2000, reeditada como MP n. 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada".

"A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

A utilização da Tabela Price, por si só, não acarreta reconhecimento da prática de anatocismo, na medida em que os juros não são incorporados ao saldo devedor, mas quitados mensalmente, à medida que ocorre o pagamento das prestações mensais. Conforme enfatizou o Desembargador Cerqueira Leite (autos 9197451-70.2006.8.26.0000, 12ª Câmara de Direito Privado, j. 10.11.2010) acerca da Tabela Price:

P O D E R J U D I C I Á R I O


 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
 JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

"É um dos diversos métodos de amortização do capital e, nela, por meio de uma fórmula matemática, calcula-se um valor atribuído às prestações, as quais, incluindo juros e amortização do principal, terão valor fixo durante toda a contratualidade. Essa é a noção de Adolfo Mark Penkuhn no ensaio sob o título 'A Legalidade da Tabela Price', publicado na 'Revista de Direito Bancário, do Mercado de Capitais e da Arbitragem', Ed. RT, n. 17, julho-setembro de 2002, págs. 284-290, e as suas conclusões são dignas de transcrição: 'Ressalte-se que, na parcela a ser paga, estão incluídos juros e amortização do capital. Acerca de tal fato dispõe o Código Civil, em seu art. 993: Havendo capital e juros, o pagamento imputar-se-á primeiro nos juros vencidos, e depois no capital, salvo estipulação em contrário, ou se o credor passar a quitação por conta do capital. Chega-se à conclusão lógica de que, sempre que o pagamento for superior aos juros, estes restarão completamente pagos, nada havendo para acrescer ao principal. Assim, não há como capitalizar os juros, uma vez que já estarão pagos, e os juros da próxima prestação incidirão apenas sobre o remanescente do principal, feita a devida amortização com o que exceder ao pagamento dos juros'".

De todo modo, ainda que constatada a incidência de juros capitalizados neste sistema de amortização, inexistiria ilegalidade, pois, conforme já salientado, é admitida a capitalização mensal de juros. Nesse sentido, com fundamento no princípio da *pacta sunt servanda*, deve ser preservado o método de amortização pactuado entre as partes.

Curiosamente, por razão desconhecida, o cálculo de juros de 2,53% ao mês, em quarenta e oito parcelas, considerando o valor do crédito em R\$ 23.243,42 (fls. 149), produziria prestação mensal de R\$ 841,78, superior aos R\$ 761,86 previstos no contrato (<https://www3.bcb.gov.br/CALCIDADAOPublico/calcularFinanciamentoPrestacoesFixas.Do>).

Para a hipótese de inadimplência, o contrato prevê a incidência de juros remuneratórios cobrados por dia de atraso, de acordo com a tabela de juros para operações em atraso, acrescidos de juros moratórios de 1% ao mês e multa moratória de 2% sobre o total devido (fl. 151 – item 14). Assim, verifica-se que não há previsão de incidência de comissão de permanência, muito menos sua cumulação com outros encargos.

Diante do exposto, **rejeito os pedidos** e condeno o autor ao pagamento das custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios do patrono do réu fixados em 10% do valor da causa, corrigido desde a época do ajuizamento.

PODER JUDICIÁRIO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

A execução destas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do art. 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 26 de setembro de 2018.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA